

# Procuradoria de Justiça exige fim da greve da Polícia Civil

Procurador Humberto Ulhôa dá prazo de 24 horas para movimento terminar. IML, sem funcionários, ameaça deixar os mortos na rua. Paralisação prejudica 49 presos da Papuda que iam fazer o vestibular da Católica

Geraldo Magela

HEITOR MENEZES



O procurador-geral de Justiça do Distrito Federal ameaçou entrar com pedido de intervenção federal, caso não termine a greve dos policiais civis. O procurador-geral de Justiça, Humberto Adjuto Ulhôa, entregou, ontem de manhã, ao governador Cristovam Buarque, um documento contendo três recomendações para pôr fim à greve.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, como é conhecida a Procuradoria-Geral de Justiça, exige o restabelecimento, no prazo de 24 horas, da normalidade das funções legais e constitucionais da Polícia Civil.

Em caso de justificada impossibilidade, a Procuradoria de Justiça recomenda que o governador delegue à Polícia Militar a tarefa de segurança interna e externa dos presídios e o exercício das funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, "especialmente na lavratura de autos de prisão e ocorrências de delitos, com a utilização de meios e equipamentos da Polícia Civil e, se necessário, sob orientação técnica do Ministério Público do DF e Territórios".

## Providências

O terceiro item recomenda ao governador que responsabilize administrativamente os servidores que causarem embaraços ao cumprimento das medidas apresentadas ontem pelo Ministério Público. "Pedimos ao governador que tome as providências no prazo de 24 horas, para que a polícia civil volte a atender nas delegacias. Caso não consiga, que dê essas

atribuições à Polícia Militar", justificou Humberto Ulhôa.

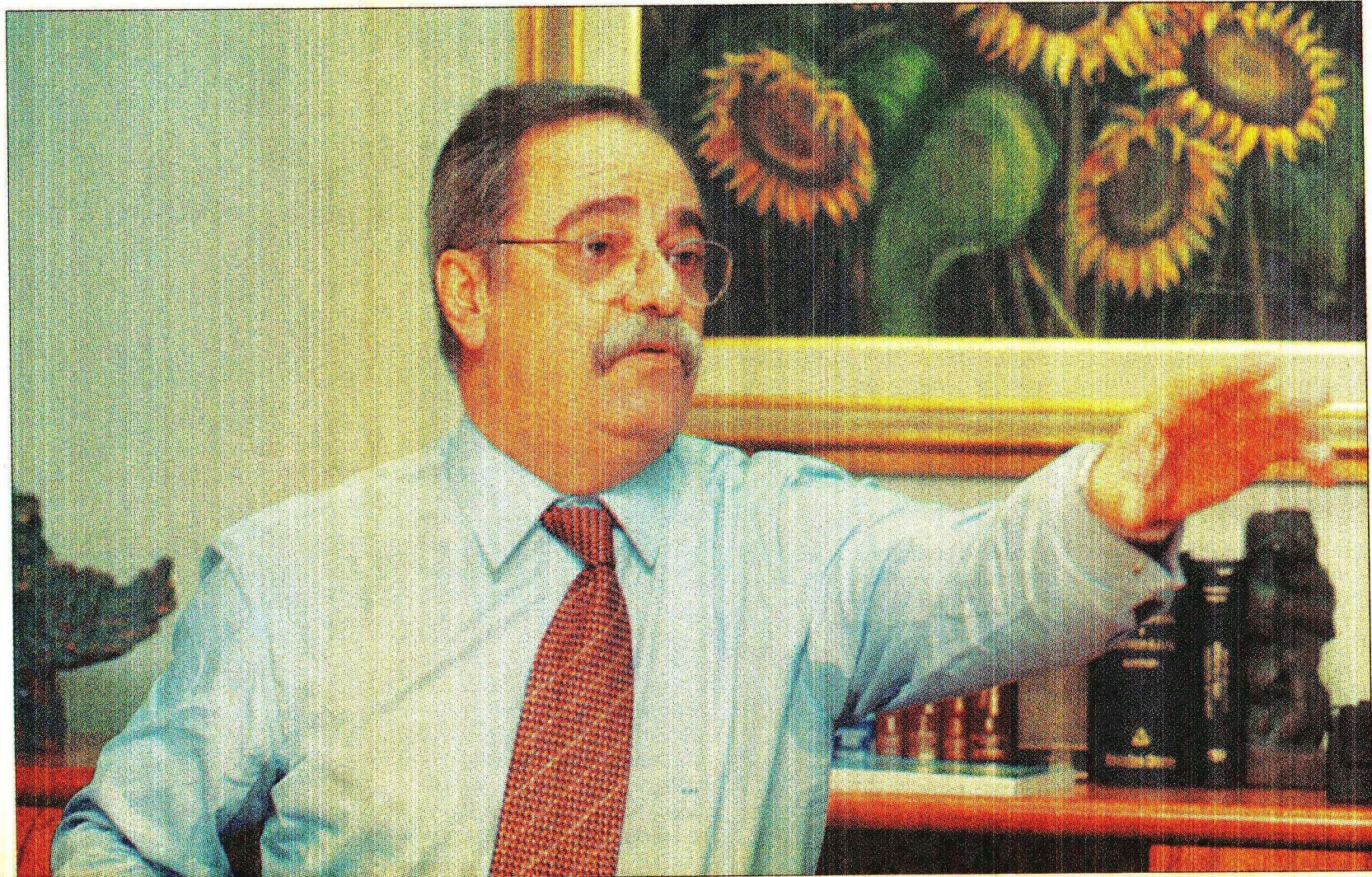
O procurador manifestou preocupação com a greve dos policiais, por causa dos prejuízos causados à população. Disse que a intervenção pode ser pedida, caso a situação de violência aumente e fuja do controle, em função da falta de policiais:

"No caso de um tumulto maior, não fica descartada a hipótese de uma intervenção federal no Distrito Federal. Isso está previsto no Artigo 34 da Constituição da República, que justifica a intervenção para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, se for o caso".

## Reunião

Segundo afirmou, o governador "entendeu" as recomendações, quando as recebeu do procurador de Justiça: "Ele ficou de se reunir com a cúpula de segurança pública para resolver a questão". Cópias do documento também foram entregues ao secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar; e ao comandante da Polícia Militar, coronel Aníbal Person; e ao diretor da Polícia Civil, Teodoro Rodrigues.

Humberto Ulhôa disse que não está esperando um retorno do governador, para ver as medidas em prática, pois "a satisfação deve ser dada à sociedade, que está privada dos serviços públicos". Ele não acredita que a situação provocada pela greve dos policiais leve ao caminho drástico de intervenção federal, ainda que isso implique no não cumprimento das 24 horas descritas no documento: "Se o governador adotar as medidas que estamos pedindo, a situação não chegará a esse ponto".



HUMBERTO Ulhôa recomendou ao governador que, caso não consiga fazer a Polícia Civil trabalhar, que passe as atribuições dela à PM

## Procurador denuncia ameaças de morte

O temor do procurador geral de Justiça do DF e Territórios, Humberto Adjuto Ulhôa, com a segurança pública do Distrito Federal não vem apenas do desamparo da população diante do aumento da violência. O próprio Ministério Público enfrenta esse perigo, com o agravante da violência não vir das ruas, mas da própria polícia.

O chefe do Ministério Público aproveitou a presença da imprensa, interessada em ouvir sobre intervenção federal no DF, para denunciar que dele-

gados de polícia estão ameaçando de morte alguns promotores de Justiça. Bastante cuidadoso com as palavras, Ulhôa não declinou os nomes de quem está ameaçando e nem de quem está sendo ameaçado, mas disse que comunicou o fato ao governador Cristovam Buarque, pedindo providências.

Segundo revelou, a Polícia Militar está dando proteção em tempo integral a dois promotores que foram ameaçados de morte. Os dois integram o núcleo de controle externo das

atividades da polícia civil e estavam apurando denúncias de abusos cometidos por delegados e agentes de polícia.

O procurador foi informado que uma testemunha presenciou as ameaças em uma reunião oficial de delegados-chefes de polícia. "Um delegado teria dito aos demais que seria bom se eliminassem um dos três promotores responsáveis por investigações contra os policiais, enquanto ainda é tempo". Ulhôa disse que o delegado que fez a ameaça não foi identificado, mas pediu que o

governador interceda, inclusive junto à Diretoria e à Corregedoria Geral de Polícia Civil. Diversas vezes, Humberto Ulhôa defendeu o trabalho realizado pelos promotores do núcleo de controle externo que investigam os abusos cometidos pelos policiais. Disse que é prática comum os promotores de Justiça de diversas circunscrições do DF receberem denúncias de casos de omissão, maus-tratos e torturas praticados dentro das delegacias pelos policiais. (H.M.)